



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Eixo temático: Serviço Social: fundamentos, formação e trabalho profissional

Sub-eixo: Trabalho profissional

SERVIÇO SOCIAL EM ESCOLAS E O PROJETO ÉTICO-POLÍTICO

VANESSA DE ABREU CARVALHO FERREIRA ¹

RESUMO

Esse artigo é fruto inicial dos nossos estudos de doutoramento e da nossa experiência profissional. Objetiva refletir criticamente sobre a prática profissional de assistentes sociais em escolas e contribuir ao debate sobre essa inserção profissional e o projeto profissional do Serviço Social brasileiro.

Palavras-chave: Serviço Social; Política de Educação; Prática Profissional; Projeto Ético-Político

RESUMEN

Este artículo es el resultado inicial de nuestros estudios doctorales y de nuestra experiencia profesional. Su objetivo es reflexionar críticamente sobre la práctica profesional de los trabajadores sociales en las escuelas y contribuir al debate sobre esta inserción profesional y el proyecto profesional de lo Servicio Social brasileño.

Palabras claves: Trabajo Social; Política Educativa; Práctica Profesional; Proyecto Ético-Político

1. Introdução

Essas reflexões partem das inquietações e discussões propiciadas por nossos estudos iniciais de doutoramento. Ele visa refletir criticamente sobre a prática profissional de assistentes sociais em escolas, considerando a Política de Educação vigente e o projeto profissional do Serviço Social brasileiro, que tem seu compromisso com uma direção social emancipatória e anticapitalista.

¹ Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Compreendemos que a escola é um espaço rico de disputa de concepções de mundo e de realização do controle (do poder, do saber) através do disciplinamento aos quais os profissionais são chamados a reforçar por meio de requisições institucionais. Essas requisições vão na contramão daquilo que expressa o projeto profissional do Serviço Social brasileiro, o que é compreensível, visto que na sociedade do capital não seremos chamadas a fortalecer a luta dos trabalhadores. Neste ponto reside parte importante das reflexões que temos tentado realizar. Como fazer Serviço Social na direção do que aponta o projeto ético-político num contexto tão contraditório?

Entendemos que o Serviço Social nasce dessa contradição, mas é necessário e urgente que as nossas práticas profissionais estejam de fato sendo mediadas pela teoria que nos ajuda a desvelar a realidade, compreendendo seus limites e suas possibilidades. Essas estão colocadas na luta cotidiana do fazer profissional, pois é nesse lugar que os projetos profissionais estão em constante disputa. (NETTO, 2006). Nesse sentido, reconhecer esse contexto contraditório no qual estamos inseridas, é parte do caminho para uma prática condizente com os compromissos éticos que firmamos, mesmo que muitos assistentes sociais não tenham clareza disso.

As motivações que nos fizeram refletir sobre o exercício profissional de assistentes sociais no contexto da Educação, diz respeito à nossa experiência profissional na área, buscando traçar elos entre as dimensões que comportam a singularidade, particularidade e universalidade desse fazer profissional. Além disso, consideramos de suma importância, para uma prática profissional mediada pelo nosso projeto profissional, ter clareza do papel dos onze princípios fundamentais do nosso código de ética, dentre eles, o décimo princípio que afirma o “compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional” (BRASIL, 2012, p. 24).

Esse necessário compromisso com o aprimoramento intelectual está intimamente ligado com o necessário reconhecimento da dinâmica da realidade social da qual somos parte e para qual devemos atentar para transformar e dar respostas qualificadas através da nossa atuação profissional.

Cabe ressaltar que diante da política educacional vigente, que tem formado profissionais de forma aligeirada e com claras intenções no fornecimento de educação como mera mercadoria, tem sido recorrente a preocupação daqueles estudiosos que seguem o compromisso com a qualidade dos serviços prestados na direção social assumida por nossa categoria. E não é comum a preocupação com o futuro da nossa sociedade que tem formado profissionais em todas as áreas



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

do conhecimento focando no aumento do número de pessoas com formação superior, mas sem considerar a qualidade dessa formação.

Além disso, conforme apontou Yolanda Guerra em conferência¹ proferida no dia do Assistente Social na Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), em maio de 2023, a Pandemia de Covid-19 aprofundou as desigualdades sociais. Ela destacou que a convergência da crise estrutural do capital com a crise sanitária e a crise política gerou um contexto inédito e que precisa ser compreendido à luz daquilo que é base e constitui a nossa sociedade. Antunes (2020, p. 15) afirma que:

[...] a confluência entre uma *economia destruída*, um *universo societal destroçado* e uma *crise política inqualificável* converte o Brasil em um forte candidato ao abismo humano, em um verdadeiro cemitério coletivo. Isso porque vivenciamos uma economia em recessão que caminha para uma terrível e profunda depressão. Não é difícil entender que tal tendência ampliará ainda mais o processo de miserabilidade de amplas parcelas da classe trabalhadora que já vivenciavam formas intensas de exploração do trabalho, de precarização, de subemprego e desemprego. Isso porque esses contingentes encontram-se frequentemente desprovido de *fato* de direitos sociais do trabalho.

Desse modo, também é necessário considerar os impactos desse contexto na prática profissional de assistentes sociais atuantes na Política da Educação na atualidade. Pressupomos que do ponto de vista político, principalmente no período do desgoverno Bolsonaro (2019/2022), privilegiou-se a economia ao invés da vida das pessoas, promovendo uma devastação das políticas sociais, dentre elas, a de Educação, e uma total desvalorização dos trabalhadores e trabalhadoras. Conforme Montenegro (2021, p.11):

Bolsonaro apostou, durante todo o período em que temos estado submetidos à pandemia, em uma política de fuga para a frente. Ainda que com pequenos e eventuais recuos, impostos pela realidade, seguiu apostando em questionar a magnitude e a profundidade da tragédia que se abateu sobre nós, ao mesmo tempo em que se negava a combatê-la de fato. A explicação mais provável para essa atitude segue sendo a mais prosaica de todas: o medo de que uma hecatombe econômica destruísse suas chances de reeleição. Negando a pandemia, Bolsonaro negava sua própria culpa e reforçava sua posição de político anti-sistema, que foi a base de sua eleição. Ainda que sua orientação tenha produzido o isolamento anteriormente mencionado, ela lhe garantiu a preservação de seu núcleo duro de sustentação.

¹ Mesa magna '30 anos da Lei 8.662: pela defesa da ética e da qualidade dos serviços prestados à população'
Facilitadoras: Dácia Teles e Yolanda Guerra. Mediadora: Ana Paula Cardoso. Ementa: 1- Resgate histórico 30 anos do Código de Ética Profissional e da Lei de Regulamentação da Profissão. 2- Princípios fundamentais do Código de Ética Profissional e sua materialização no exercício profissional das Assistentes Sociais. 3- O compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população na contemporaneidade.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

É importante considerar que “a morte da verdade” (KAKUTANI, 2018), os negacionismos que assistimos, as *fake news* que compartilhamos, os irracionalismos e relativismos que reproduzimos de forma corriqueira e toda essa ambiência cultural na qual estamos imersos fazem parte de investimentos reais, massivos e pesados do capitalismo manipulatório (ALVES, 2022) a fim de minar toda e qualquer ameaça a esse sistema, e como aponta Vasconcelos (2024, p.6), fazem parte dos “múltiplos instrumentos de destruição das formas de defesa individual e coletiva tendo em vista assegurar que contra o poder econômico e político do capital não haja oposição”.

Conforme CFESS (2013), considerando a função social da educação do ponto de vista das requisições do capitalismo, a política educacional vem para cumprir funções na construção de consensos nos momentos de crise capitalista, sendo marcada por lutas e contradições.

Portanto, se a educação, sob o prisma do capital, se converte em um conjunto de práticas sociais que contribuem para a internalização dos consensos necessários à reprodução ampliada deste sistema metabólico, também e a partir dessa dinâmica é que se instauram as possibilidades de construção histórica de uma educação emancipadora, cujas condições dependem de um amplo processo de universalização do trabalho e da educação como atividade humana autorrealizadora. (CFESS, 2013, p. 18-19)

Nesse contexto, em tempos de financeirização do capital e mercantilização de todas as dimensões da vida social (IAMAMOTO, 2019), em que medida as requisições institucionais colocadas nos locais de trabalho desses profissionais têm sido adequadas aos regulamentos que regem essa profissão? Quais os impactos à Política de Educação, quando esta vem sendo redirecionada em outra perspectiva, a qual entra em contradição com o projeto profissional? Essas requisições vão expressar a forma como o Estado vem tratando as expressões da questão social, com políticas focalizadas, fragmentadas e que moralizam essas expressões. Então, de que modo podemos contribuir trabalhando para essa Política?

Prática profissional e mediação teórico-prática

O exercício proposto nesse artigo, de refletir a prática profissional através da inserção profissional nesse espaço, só é possível a partir do esforço de associar as relações e posturas profissionais à luz das discussões teóricas sobre tais espaços sócio-ocupacionais. Dessa forma, a teoria é mais que um apêndice à prática. Ela é necessária para a compreensão das questões que se apresentam no cotidiano de trabalho. Entendemos assim, que para perseguir a delimitação e



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

conhecimento desse objeto de estudo, são necessários aquilo que Vasconcelos (2015, p.39) denomina de teoria e segurança de princípios. Segundo a autora:

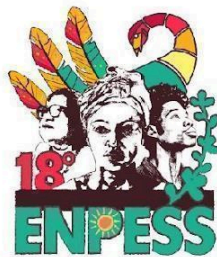
Na busca de consequências dos nossos atos e ações sintonizadas com nossas finalidades e objetivos, é a segurança dos princípios ético-políticos e a qualificação teórico-metodológica que pode, ao fomentar um complexo causal favorável, nos iluminar – como indivíduos sociais e como profissionais – tendo em vista participar desse processo, buscando realizar escolhas conscientes e necessárias, nesse complexo campo da luta de classes.

Ou seja, é conhecendo profundamente o que está expresso nos onze princípios éticos e a teoria que é capaz de favorecer o conhecimento da realidade na qual precisamos atuar, isto é, a teoria marxista, que seremos capazes de responder qualificadamente às requisições e as demandas profissionais. Utilizando nossa capacidade reflexiva conscientemente.

Nesse sentido, é necessário compreender que os pressupostos ético-políticos que norteiam o fazer profissional, isto é, o Código de Ética Profissional (Resolução CFESS nº 273/1993), a Lei de Regulamentação da Profissão (Lei 8662/1993) e as Diretrizes Curriculares da ABEPSS (1996) precisam estar realmente em consonância com essa prática profissional. E, tratando-se da atuação de assistentes sociais na Política de Educação, ainda é necessária a apreensão do que está colocado na orientação do Conselho Federal de Serviço Social nos Subsídios para a atuação de Assistentes Sociais na Política de Educação (2013). No entanto, como aponta Vasconcelos (2015) esses instrumentos identificam e apontam para a direção social que favorece aos trabalhadores, mas não garantem que as práticas estejam sendo mediadas por eles. A autora afirma que:

O fato é que o projeto do Serviço Social, para se transformar em realidade exige simultânea e dialeticamente, ao ser tomado conscientemente como referência, de partida, uma preparação teórico-metodológica e técnico-operativa, tendo como base a crítica da economia política concomitante à *análise concreta de situações concretas*; ou seja, individual e coletivamente, na correlação necessária entre academia/intelectualidade e meio profissional, operar, sistemática e analiticamente, desde levantamentos e estudos mais simples no âmbito do próprio cotidiano profissional, até a pesquisa mais complexa a partir da investigação sistemática. (Vasconcelos, 2015, p. 47-48)

Através de uma concepção de fundamentos que orienta esse artigo, o Serviço Social impõe uma necessária discussão da relação teoria/prática, pois a partir da compreensão dessa relação se desenvolvem diferentes possibilidades de atuação profissional. Além disso, é recorrente no ambiente profissional a ideia de que na prática a teoria é outra, cabendo também pensar sobre o que motiva essa afirmação.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Para além de uma fragilidade na formação em Serviço Social, considerando a ampliação de cursos à distância e sem o rigoroso acompanhamento nas disciplinas de estágio supervisionado, por exemplo, fica o questionamento de como garantir que o aspecto prático do aprendizado em Serviço Social não fique à mercê da sorte do estudante se deparar com um bom profissional no campo de estágio. Formar bons assistentes sociais requer atenção nesse aspecto da formação.

No entanto, considerando que o trabalho profissional reflete, reproduz e produz um modo de ser e estar no mundo, ou seja, está inserido no modo de ser do capitalismo, também é necessário ter clareza que as condições desse distanciamento entre a teoria e a prática são favorecedoras e reflexos dessa mesma ordem que as produzem.

Assim, se reconhecemos a necessidade de alinhar nosso fazer profissional àquilo que nossos pressupostos éticos, políticos, teóricos e metodológicos preconizam é mister diminuir cada vez mais esse distanciamento entre essas duas dimensões (teoria e prática). Conforme Yamamoto (2008) ter clareza de que pela mesma ação estamos respondendo às demandas do capital e do trabalho, é também o que nos permite favorecer mais a um (trabalho) do que ao outro (capital).

A natureza interventiva da profissão exige que o profissional faça mediações que permitam uma compreensão das complexas situações que chegam a ele como demandas. Além disso, existe uma relação entre a teoria e a prática, no sentido de que toda ação prática é orientada por um conjunto de ideias preconcebidas pelo sujeito que age. Nesse sentido, num contexto atual de massificação do ensino reflete-se aqui também uma preocupação com a formação profissional desarticulada dos pressupostos éticos e políticos que devem nortear essa profissão.

Nesse sentido, no item a seguir propomos um diálogo sobre como podemos articular essas dimensões no cotidiano do trabalho, apontando limites, desafios e possibilidades de atuação, no sentido de favorecer a concepção de escola que defendemos, intimamente ligada a concepção de profissão com a qual nos comprometemos.

O trabalho em escolas: desafios e possibilidades

Considerando as particularidades da atuação na Política de Educação no Brasil, cabe realizar uma breve contextualização sobre a nossa inserção profissional. Nesse sentido, atuamos numa instituição federal de educação, voltada ao ensino, pesquisa e extensão de estudantes, localizada na cidade do Rio de Janeiro, que atende da educação infantil à pós-graduação. O contexto da nossa atuação é em um dos *campi* da instituição, que atende crianças do primeiro ao



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

quinto ano de escolaridade, ou seja, atuamos no primeiro segmento do Ensino Fundamental. Esse *campus* possui cerca de 500 estudantes, e a equipe na qual insere-se o Serviço Social está no Setor de Assistência Estudantil. O setor conta com uma equipe composta por uma assistente social, um psicólogo e uma assistente administrativa. Porém, atua em conjunto com os demais setores da escola, como o Setor de Orientação Educacional e Pedagógica, e se articula com o Núcleo de Atendimento a Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas.

No cotidiano de trabalho em escola, tem sido possível participar de reuniões de equipe, conhecer realidades individuais e familiares mais de perto. No decorrer desses momentos de trocas, através de atendimentos sociais, entrevistas sociais, acompanhando anamneses, observando intervenções profissionais de outras áreas ou nos momentos das reuniões (de equipe, entre equipes e dos conselhos de classe) tem sido possível realizar reflexões importantes sobre o papel das assistentes sociais frente ao espaço de controle e disciplinamento que corriqueiramente a escola representa e reproduz.

Muitas são as possibilidades de atuação de assistentes sociais no contexto escola/educação, contra ou a favor desse papel de “punir” e “vigiar” (FOUCAULT, 2014) os estudantes e suas famílias. Papel esse, exigido em conformidade com as necessidades do Estado capitalista. Para além das situações corriqueiras às quais esses profissionais são compelidos a atuar nos diferentes espaços ocupacionais (situações que envolvem questões socioeconômicas, de conflitos familiares, violências, por exemplo), esse campo de atuação pode ser um rico espaço de trocas e contribuir para uma visão de escola/educação emancipadora.

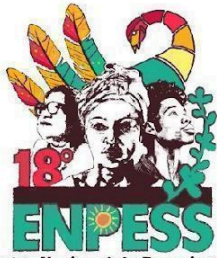
No entanto, exige-se que o profissional de Serviço Social, tenha clareza do lugar que ocupa, dos papéis que é chamado a desempenhar e dos papéis que, de fato são necessários e possíveis de se realizar na perspectiva do projeto profissional que assumimos. Ou seja, não poderemos impedir que requisições inadequadas cheguem até nós, mas ter clareza daquilo que não é competência nem atribuição nossa é uma das formas de impedir a recorrência delas e de dar forma a um determinado fazer profissional, alinhado com o nosso Projeto Ético-Político. Além disso, uma certa postura investigativa, que permita reconhecer inquietações cotidianas, pode favorecer a busca por repostas às demandas profissionais e às requisições institucionais que estejam em consonância com as reais necessidades dos usuários dos nossos serviços e que vão além das necessidades mais aparentes ou superficiais. Desse modo, a escola também é um rico espaço para pesquisas em Serviço Social.

Percebemos que predominava, institucionalmente na escola, a visão assistencialista da profissão de Serviço Social, através da implementação da política de assistência estudantil, por meio de auxílios financeiros. Entendemos que esse ideário tem se construído, inclusive, a partir do movimento de “equalização” do Serviço Social com a Política de Assistência Social, uma preocupação que vem sendo discutida por alguns estudiosos (reduzir Serviço Social à uma única política). Conforme GUERRA (2007, p. 143): “essa “nova” maneira de considerar a assistência social, que se viabiliza por meio da Constituição de 1988 como um direito dos indivíduos e, por isso, como forma de atribuir cidadania aos “excluídos”, acaba constituindo-se no *objetivo final* da intervenção profissional.”

Certamente, se no imaginário social nossa profissão tem se confundido com uma única política na qual também atuamos, isso se deve a práticas alinhadas a ela, como sendo a única possibilidade de atuação. A construção da imagem da nossa profissão se dá em cada atendimento que realizamos, em cada política que atuamos, em cada espaço que ocupamos. Essa confusão está sendo construída pelos profissionais que estamos sendo e formando. Desse modo, nossa postura deve estar alinhada a outras práticas, além das assistenciais, para que seja possível construir um imaginário social mais condizente com o que nos propomos a realizar quando nos formamos em Serviço Social.

As principais requisições institucionais que temos identificado na escola são as de planejamento dos editais e execução de todas as etapas para acesso dos estudantes aos auxílios financeiros estudantis. Nos espaços de trocas com diversos profissionais atuantes nessa área, é recorrente que esse aspecto do trabalho requer bastante empenho de toda a equipe e se torna complexo num contexto de tantas outras demandas que surgem no ambiente escolar, identificadas por profissionais que se empenham em fazer algo além de auxílios estudantis. Isto é, apesar de terem vontade de realizar outras atividades profissionais, essa é uma das que toma a maior parte do tempo e muitas vezes inviabiliza ou dificulta outras ações dos assistentes sociais nessa área. Em muitos casos, as equipes são reduzidas em relação ao número de estudantes.

De todo modo, temos nos empenhado em diminuir a força da ideia de que existem os “alunos da assistência”, reforçando, sempre que possível, que os “alunos da assistência” são todos os estudantes do colégio, pois consideramos a Educação como um direito social amplo. A Política da Educação, como tem se evidenciado com as demais políticas públicas, tem sido atacada e cada vez mais focalizada, indo na contramão, inclusive, do que preconiza a nossa Constituição Federal.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

A entrada, permanência e a qualidade de permanência dos estudantes precisam ser garantidas, e os auxílios estudantis deveriam poder contemplar qualquer estudante do colégio que desejasse. Porém, não é o que a Política vem ofertando. Com orçamentos cada vez menores, vem sendo necessário realizar classificações que ainda deixam de fora, estudantes que precisam do auxílio para se manter na escola. Os momentos das análises socioeconômicas permitem uma aproximação com as famílias e a realização de estudos e encaminhamentos. Porém, compreendemos que a garantia da permanência dos estudantes não é função exclusiva do profissional de Serviço Social atuante em escolas, e também não é valorizada pela própria política. Todos os trabalhadores da escola devem estar comprometidos com essa garantia. E nesse sentido, temos tentado envolver cada vez mais outros profissionais nesses contextos, como os professores, direções, equipes técnicas e órgãos de garantia de direitos, a depender dos casos identificados.

Também temos tomado como parte da prática profissional, atender as famílias no processo de matrícula dos estudantes através de agendamento de entrevistas, que vão acontecendo durante o ano letivo, ou conforme eles vão sendo chamados. Nessa escola, as vagas provém de sorteios. Nesses períodos, damos prioridade em chamar as famílias para uma entrevista na qual apresentamos a equipe, o setor, nossos objetivos, possibilidades de trabalho, serviços aos quais podemos colaborar e conhecemos situações de vida dos estudantes e suas famílias, possibilitando levantamento de demandas e trocas entre outros profissionais da escola, atuando em equipe. Essa tem sido uma prática da instituição em outros setores, pois favorece o acolhimento, coloca a instituição como lugar de possibilidades de diálogo e nos possibilita apresentar o setor, esclarecer sobre direitos e dinâmicas do cotidiano escolar trazendo as famílias para dentro da escola com seus anseios e possibilitando ampliar nossa atuação.

Esse tem sido um momento rico de aproximação das famílias à escola e que possibilita o reconhecimento da nossa profissão para além da assistência, pois nos colocamos como profissionais capacitados para contribuir em diversas situações no contexto escolar. Essa parte do trabalho alinha os anseios das famílias, em se aproximar do lugar ao qual confiam seus filhos boa parte de suas vidas e inicia a parceria necessária para a boa permanência dos estudantes na escola.

Identificamos também a necessidade de realizar trabalhos em articulação com anseios e necessidades das famílias, pois nos últimos anos, no contexto pandêmico e político recente, as famílias foram retiradas das escolas e a educação colocada num lugar desqualificado e como



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

espaço inseguro. Vide recentes acontecimentos violentos que aconteceram em escolas no Brasil, divulgados nas grandes mídias.

Estudando a sociedade francesa, Fassin (2021) identifica uma tendência cultural em que “tudo” se torna “caso de polícia”, e tenta desvelar como esse fenômeno cultural e político acontece. O autor percebe que punir virou uma “paixão contemporânea”, o que nos leva a refletir sobre muitos acontecimentos da vida cotidiana, dentro da escola inclusive. Além disso, o autor aponta que as “elites políticas”, apoiadas pelas instituições midiáticas instrumentalizam a ansiedade e o medo dos cidadãos. Fassin (2021, p.13) afirma que:

De um lado, os indivíduos se mostram cada vez menos tolerantes a tudo que possa prejudicar suas vidas. A falta de civilidade, ameaças proferidas, agressões verbais, rixas entre vizinhos, altercações entre casais, toda uma série de conflitos interpessoais que poderiam ser resolvidos de maneira prática e local acaba passando pela polícia, amiúde pela justiça, por vezes, pela prisão.

Os exemplos que este autor fornece são facilmente reconhecidos no cotidiano das vidas urbanas, e também são trazidos para dentro das escolas. Nesse sentido, profissionais das escolas e as famílias dos estudantes precisam reconstruir uma relação de parceria, numa tentativa de fortalecer a Política de Educação e de reconstrução da escola como um ambiente seguro para toda a comunidade escolar.

Para além disso, poder participar de reuniões de planejamento com demais equipes institucionais (equipes pedagógicas) internas e externas, torna possível conhecer as práticas e as concepções de educação que estão em disputa nesses espaços, sendo lugar de diálogo e construção do tipo de escola/educação que acreditamos. Planejar e executar atividades voltadas ao debate sobre temáticas relevantes no cotidiano escolar realizando trocas de saberes entre os diversos profissionais da escola, familiares e estudantes enriquece nossa compreensão sobre elas e colabora para uma intervenção preventiva e alinhada à dimensão socioeducativa dessa profissão. Nesse sentido, pode-se colaborar propondo discussões desses temas: violências, questões raciais, questões de gênero, bullying, saúde mental, etc., que podem ser apresentados em palestras, grupos de estudos, reuniões, atividades escolares e/ou na promoção de eventos.

A participação nos conselhos de classe, considera-se um espaço riquíssimo de atuação. Neles estão em disputa as visões de escola, de famílias e de estudante. É local onde podemos colaborar para reflexão coletiva de toda equipe pedagógica sobre essas concepções e preconceitos que de forma, muitas vezes naturalizadas, esses profissionais apresentam. Além disso, nesses espaços também é possível identificar casos que necessitam da nossa atuação, através, inclusive de articulação com órgãos garantidores de direitos.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Outra possibilidade que devemos praticar mais, apesar das dificuldades diversas impostas por diversas razões como falta de tempo, excesso de demandas e poucos profissionais, é a escrita do nosso fazer profissional. Atentar para a construção de diários que nos permitirão, em outros momentos, retomar reflexivamente nossa atuação, repensar a atuação sob outros ângulos, o que não se torna tarefa fácil se não tivermos a sistematização da nossa prática como uma tarefa cotidiana também. Resgatar essa rica atividade pode nos instrumentalizar rumo ao aprimoramento intelectual/profissional necessário para uma profissão tão dinâmica como essa.

Conforme Vasconcelos (1997, p. 134):

[...] a prática reflexiva tem como base a socialização da informação como instrumento de indagação e ação sobre a realidade social. O aspecto educativo aqui está direcionado para a transformação das condições geradoras dos problemas vivenciados, buscando contribuir na promoção de mudanças políticas, econômicas, sociais e culturais, com prioridade para o trabalho com grupos sociais - o trabalho coletivo. A população não basta se organizar para reivindicar; faz-se necessário ter acesso a um saber que a instrumentalize no como e no que reivindicar, na busca de alternativas possíveis e como viabilizá-las.

Por fim, evidencia-se que a presença de assistentes sociais qualificados e comprometidos com esse fazer profissional, atuantes na Política da Educação, se coloca como uma estratégia importante na garantia desse direito e no combate a uma concepção de escola punitiva, controladora e fabricadora de corpos dóceis e não questionadores da ordem. Aqui reside uma importante contribuição de assistentes sociais trabalhadores da educação, na formação da classe trabalhadora na direção do seu fortalecimento frente a constante luta capital x trabalho.

Imersos na cultura irracionalista do capitalismo manipulatório (ALVES, 2022), muitas vezes executamos atividades que vão na contramão daquilo que denominamos como projeto ético-político profissional do Serviço Social. Através das requisições profissionais e da reprodução de práticas conservadoras colocamos em xeque a consolidação do nosso projeto profissional. Estamos dizendo que queremos caminhar numa direção, teoricamente, e muitas vezes, caminhando em direção contrária. Nesse sentido, entendemos que há um fortalecimento dessa fragilidade, que pode ser consequência da mercantilização de todas as instâncias da vida social, da mercantilização daquilo que um dia denominamos de políticas públicas, inclusive a Política de Educação. Assim, nos reconhecer pessoal e profissionalmente nessa fragilidade requer cada vez mais que nos fortaleçamos enquanto sujeitos individuais e coletivos na direção do nosso projeto profissional e da superação da ordem vigente, rumo à emancipação humana.

Considerações finais



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Na busca pelas respostas daquilo que inquieta e nos movimenta no caminho da nossa prática profissional e da pesquisa que está em curso no doutorado, começamos a perceber que fazer Serviço Social na direção do nosso projeto profissional é dar pequenos passos naquilo que for possível, é provocar a reflexão, é questionar o “sempre foi assim”, é exercer a curiosidade. Tem sido importante o diálogo sobre pensarmos nas consequências do nosso fazer. Exercer a nossa capacidade teleológica em favor dos nossos usuários de fato. Realizar uma prática reflexiva e agregadora, que transforme nosso contato com o usuário, nossas trocas entre profissionais e a nós mesmos. E para tanto, é necessário ter a teoria como instrumento dessa indagação.

A prática profissional não pode ser compreendida separada da teoria que deve orientá-la. Nesses casos, nossa atividade profissional fica comprometida e se distancia daquilo que nossa profissão conquistou através de muitas lutas e que afirmamos que defendemos. Assim, acreditamos que tem faltado teoria de qualidade nas nossas práticas. Isso aponta uma fragilidade na formação, que vai refletir necessariamente na profissão como um todo. O grande desafio está na “virada” teórico-prática, considerando que já conquistamos uma hegemonia nos âmbitos éticos, políticos e teóricos da profissão.

Nos referimos a uma fragilidade teórica, na formação de novas profissionais de Serviço Social, que está associada à própria concepção, e desenvolvimento, da política de educação no Brasil, que caminha na direção contrária a uma educação emancipadora. Ao mesmo tempo, não devemos esperar que fique a cargo individual de assistentes sociais esse compromisso com a qualidade da educação e dos próprios serviços prestados. Lembramos que nos princípios do Código de Ética dos assistentes sociais esse compromisso é listado e afirmado. A educação como mercadoria não favorece aos futuros profissionais, nem a percepção da necessidade da qualidade da formação.

Nossa inserção profissional em escolas prescinde que nos comprometamos em conhecer a fundo a Política de Educação, que aprofundemos nossos conhecimentos sobre os instrumentos que criam e viabilizam essa política e também a nossa atuação nessa área. Além disso, prescinde que conheçamos a instituição na qual estamos inseridas, que nos aproximemos dos usuários, que participemos do planejamento de atividades juntos aos demais profissionais do corpo da instituição para que possamos fortalecer o reconhecimento da importância de escolas poderem contar com profissionais como assistentes sociais. Somente participando de todos os espaços possíveis no ambiente escolar, e nos fazendo necessárias em muitos deles, que alcançaremos



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

esse reconhecimento e transporem as barreiras da “assistencialização” nessa Política. Por fim, a sistematização da prática só é possível se tivermos a escrita como parte do nosso fazer profissional, tornando possível realizar uma prática reflexiva.

Consideramos que as escolas são um *locus* riquíssimo para pesquisas em Serviço Social e que precisam ser mais explorados, inclusive para fortalecer a aplicação da lei A Lei 13.935/2019, que determina que escolas públicas da rede básica de ensino devem ter psicólogos e assistentes sociais em seus quadros. Nesse sentido, nossa experiência e pesquisa tentam colaborar para contextualizar possibilidades de atuação refletindo sobre o nosso papel frente ao espaço de controle e disciplinamento que a escola representa. Papel esse, muitas vezes, imputado aos profissionais de Serviço Social para disciplinar e controlar estudantes e suas famílias quando não estão correspondendo ao que a instituição entende como ideal para usufruir daquele lugar.

A atual Política de Educação nos tem levado a priorizar atividades burocráticas e a desprezar o lugar privilegiado que ocupamos nas escolas, por estarmos em contato com a população num ambiente riquíssimo, de construção de identidades, de compartilhamento de experiências de vida diversas. Esse é um rico lugar de fortalecimento de lutas sociais. Assim, é preciso compreender a prática profissional no ambiente escolar, pois é nesse lugar que está a possibilidade de mudança na direção que almejamos.

Através e apesar da Política de Educação vigente, podemos e devemos fortalecer a visão de escola e de educação que está alinhada ao projeto da nossa profissão, isto é uma educação emancipadora que respeita a diversidade, que possibilita a autonomia em modos de pensar e agir dos estudantes e dos profissionais envolvidos. Enfim, compreendemos que é mediando teoria e prática que se torna viável fortalecer a direção social escolhida pelo Serviço Social, contribuindo para uma atuação que esteja alinhada ao projeto ético-político do Serviço Social brasileiro.

Referências bibliográficas

ABEPSS. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL. Diretrizes Curriculares da ABEPSS. Disponível em: <https://www.abepss.org.br/diretrizes-curriculares-da-abepss-10>. Acesso em maio 2024.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

ALVES, G. Triunfo da manipulação: o “último Lukács” e a crise estrutural do capital In ALVES, G *et alli* (Orgs.) **O espectro de Lukács: política, estética e estranhamento na era da barbárie do capital**. São Paulo, Projeto Editorias, 2022.

ANTUNES, Ricardo. Coronavírus: o trabalho sob fogo cruzado. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2020.

BRASIL. Código de ética do/a assistente social. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão. 10ª ed. Ver. E atual. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2012. Disponível em: https://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf Acesso em maio 2024.

CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. Subsídios para a atuação de assistentes sociais na Política de Educação. Série Trabalho e Projeto Profissional nas Políticas Sociais. Brasília: DF, 2013(reimpressão).

FASSIN, Didier. Punir: uma paixão contemporânea, Editoras Trotsdem e Âyiné, Belo Horizonte: 2021.

FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir: nascimento da prisão; tradução de Raquel Ramallete. 42. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014, pp. 133-152.

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. de. Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 23. ed. São Paulo: Cortez; Lima: Peru: CELATS, 2008.

GUERRA, Yolanda. A instrumentalidade do serviço social. 6. Ed.- São Paulo: Cortez, 2007.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. O Serviço Social brasileiro em tempos de mundialização do capital. In: YAZBEK, Maria Carmelita; IAMAMOTO, Marilda (ORG). Serviço Social na História. São Paulo: Cortez, 2019.

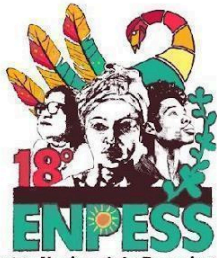
KAKUTANI, M. **A morte da verdade**: notas sobre a mentira na era Trump. Rio de Janeiro, Intrínseca, 2018.

MONTENEGRO, Darlan. O Brasil entre o transe e a esperança. In: AUGUSTO, Cristian Brandão *et al.* (orgs.). Novos direitos e genocídio no Brasil. Vol. II. São Paulo: Tirant Lo Blanch, 2021, p. 10-17.

NETTO, José Paulo. A construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social. In: MOTA *et al.* Serviço Social e saúde: formação e trabalho profissional. São Paulo: Opas, OMS, MS/Cortez, 2006, p. 141-160.

_____. Introdução ao método da teoria social. In. Serviço Social: direitos e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. p. 667-700.

VASCONCELOS, Ana Maria de. Prática reflexiva e Serviço Social. *Em Pauta*, Faculdade de Serviço Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, n. 10, 1997.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

_____. A/o assistente social na luta de classes: projeto profissional e mediações teórico-práticas. 1. Ed. – São Paulo: Cortez, 2015.

_____. Serviço Social, projeto e prática profissional. A reunião como direito, como estratégia e como instrumento. Material didático em construção. (2024)